

Pesquisa etnográfica com jovens e crianças na cidade do Recanto das Emas – DF

Antonádia Borges *

Resumo: Este artigo versa sobre um processo coletivo de pesquisa etnográfica que conta com jovens, moradores da cidade do Recanto das Emas-DF, na equipe de investigação. Tal experiência coloca a antropologia que fazemos diante de férteis questões. Temos o desafio à perspectiva genética que busca conexões causais para explicar os indivíduos, como se esses estivessem presos em uma cadeia incontornável, aonde as novas gerações são tão somente o dever das anteriores. Por outro lado, presenciamos os limites da discursividade oral na produção da tessitura biográfica dos sujeitos, atentos e envolvidos com outras formas de expressão de si mesmos que não se restringem à palavra falada. Esses dois eixos de questionamento constituem a base para uma exploração de situações etnográficas aonde a antropologia da vida local mostra seus limites e seus alcances.

Palavras-chave: etnografia, juventude, periferia

Abstract: In this article we reveal how a collective process of ethnographic research has been developed through the participation of young neighbors from Recanto das Emas –DF in the academic team. These research fellows challenge causal explanations so usual in anthropological accounts, insofar they don't recognize themselves as just a step-further or a reproduction of what their parents have done. Furthermore they use other channels of communication, far beyond interviews, to grasp a new and broader understanding of their lives. They suspect of the world at the same time and level as they suspect of any "solid" technique of social investigation. In this paper we explore the limits and achievements of our collective endeavor.

Key words: ethnography, youth, periphery

Neste artigo pretendo explorar uma discussão em curso que tem como alicerce uma experiência de trabalho de campo na cidade brasileira do Recanto das Emas (DF). O referido debate orienta-se em direção a uma série de problemas. Por um lado, procuro refletir sobre a investigação em si, que conta com moradores da comunidade como membros da equipe de pesquisadores. Esta nova investida dá prosseguimento a um trabalho de investigação etnográfico conduzido por mim há uma década. Por outro, pretendo analisar o

rechaço local a algumas formas como a literatura acadêmica define a desigualdade a partir de uma relação entre centro e periferia, sem levar em conta outros parâmetros e escalas de mensuração da diferença e da assimetria. Para tal, pretendo inventariar as categorias, conceitos e critérios acionados por jovens moradores da cidade, em suas apreciações a respeito dos contornos de suas vidas e de seus conteúdos. Vale ressaltar por fim que a interlocução com sujeitos classificados como jovens e ou crianças nos suscita

ainda outras questões a propósito do caráter plástico de seus juízos, posicionamentos e ações cotidianas.

Inicialmente é preciso descortinar ao leitor o pano de fundo da investigação, com atenção para algumas das inflexões teóricas e metodológicas que experimentamos. A seguir, apresento três vinhetas que trazem situações vividas recentemente a propósito do tema *rastros de alteridade*. Por fim, procuro reunir pontos de convergência e dissensos teóricos que fomentem uma futura agenda de discussões a propósito do tema da desigualdade.

#

A pesquisa em curso no Recanto das Emas (Distrito Federal) desdobra-se a partir de dois esforços distintos de investigação. Por um lado, meu trabalho etnográfico na própria cidade, realizado no final dos anos 90's, que resultou em minha tese de doutoramento (BORGES, 2004). Por outro, outra pesquisa, em curso na África do Sul, a qual me dedico paulatinamente (nos meses de verão, quando das férias acadêmicas), desde 2005. Essas duas experiências (passada e presente, ambas distantes) servirão de contrapontos para pensarmos em algumas guinadas teóricas e metodológicas a respeito da pesquisa antropológica em regiões urbanas que ocupam lugares considerados periféricos, de acordo com o espectro da desigualdade econômica em que se distribui estatisticamente a população brasileira. Em uma palavra, a despeito da distância no tempo e no espaço, tratamos de aprofundar e aprender com a comparação. Não a comparação no sentido de equiparações ou similaridades temáticas, mas a comparação como fonte de novas idéias, de dúvidas sobre posturas arraigadas.

Neste sentido, uma grande influência vinda da África do Sul incidiu sobre o modo como a pesquisa no Recanto das Emas foi retomada a partir de março de 2008. Como discutido em trabalho anterior (BORGES, 2008), nos envolvemos em um processo investigativo que incorporou à equipe de antropólogas (eu mesma e quatro estudantes da Universidade de Brasília) alunos do ensino médio local (mulheres e homens jovens, de idade entre 15 e 18 anos) e sua professora (Cristiane Portela, educadora e etnóloga, doutoranda em História na Universidade de Brasília). Muitas foram as forças propulsoras que se somaram para que o projeto deslanchasse com essa forma e dinâmica. De todas, entretanto, creio que a mais significativa seja a constatação de que *somos todos pesquisadores* (BORGES, 2009). Passamos a pensar, a partir de exemplos de trabalhos de investigação levados a cabo na África do Sul (por nós mesmos e por outros colegas) que a pesquisa *com* significava não apenas o convívio contemporâneo – entre antropólogo e seus anfitriões – mas também assumir, de modo explícito, que nossos anfitriões não estão ao nosso lado apenas para nos oferecer respostas (definitivas e acabadas) a questões que aprendemos a formular ao longo de nosso convívio. Nossos interlocutores em campo não só raramente possuem respostas acabadas e definitivas, como formulam constantemente questionamentos acerca da sua existência e dos rumos que a vida pode tomar.

O que em princípio, num olhar apressado, pode parecer apenas uma “técnica” de campo distinta, revela-se na verdade um questionamento de parâmetros e orientações teóricas prévias, aos quais nós mesmos nos identificávamos anteriormente. No primeiro trabalho que escrevemos sobre

o Recanto das Emas (BORGES, 2004), apostávamos, a partir de inspiração encontrada no filósofo Charles Peirce, na tendência humana ao hábito e no rechaço à dúvida (por ser desestabilizadora do hábito, da crença). Peirce, em um texto magistral (de 1905), nos conduz a concluir que:

“Belief is not a a momentary mode of consciousness; it is a habit of mind essentially enduring for some time, and mostly (at least) unconscious; and like other habits, it is (until it meets with some surprise that begins its dissolution) perfectly self-satisfied. *Doubt* is of an altogether contrary genus. It is not a habit, but the privation of a habit. Now a privation of a habit, in order to be anything at all, must be a condition of erratic activity that in some way *must get superseded by a habit*.” (PEIRCE, 1998: 336-7. Ênfase minha)

Em suma, adotávamos uma perspectiva que apostava nas forças da reprodução e da conservação. Este ponto de vista teórico e analítico partia de uma das inúmeras variações estruturalistas possíveis: naquele momento, assumíamos que uma estrutura (que poderíamos também nomear como sociedade, cultura ou, até mesmo, Estado) perpassava todos os indivíduos, atravessando-os qual um colar de miçangas: um movimento no fio (na estrutura) implicaria diretamente uma mexida nos indivíduos. Esta perspectiva, por um lado, mostrava-se igualitária (e, por que não dizer, democrática) na medida em que entendia todos como igualmente afetáveis, ainda que os indivíduos (todos conectados pelo tal fio) estivessem distribuídos em um espectro espacial bastante amplo, marcado pela desigualdade de suas posições. Por outro lado, assumíamos, ao mesmo tempo, que não só os indivíduos

estavam presos, encadeados, como que qualquer um deles reagiria aos estímulos impressos pelo fio que os conduzia. Não poderia haver por sua parte rechaço, recusa, resistência, resiliência. Nossa tese afirmava que ao invés de observarmos os moradores do Recanto das Emas como sujeitos motivados politicamente pela carência material (como era tão comum nos estudos condenatórios do clientelismo ou da patronagem política), deveríamos apreciá-los como tão suscetíveis quanto quaisquer outros aos estímulos estruturais. A fim de defendermos um igualitarismo teórico e político, acabamos por assumir uma subjugação universal dos sujeitos às estruturas – estado no qual todos nós, ainda que infelizes e aprisionados, nos encontraríamos em pé de igualdade.

Esta perspectiva pareceu-nos adequada e teve bom rendimento naquele momento. Na volta ao Recanto das Emas, em 2008, este modo de olhar se revelou conservador e, no limite, refratário à criatividade e à esperança. Na nova fase de pesquisa nos deparamos com pessoas que desafiaram nossas antigas teses e perspectivas teóricas. O trabalho de pesquisa com os jovens das escolas nos remeteu, em princípio, a um abismo que separava a experiência desses rapazes e moças da de seus pais. Nenhum dos jovens – ou pouquíssimos deles – tinha memória das agruras vividas pela geração anterior quando ocuparam as terras da atual cidade do Recanto das Emas. Não deixariam os pais que seus filhos soubessem o que lhes passou? Não entenderiam os filhos as memórias de seus pais? Perguntas como estas assomaram em minha cabeça ao longo de mais de um ano. De alguma maneira eu ainda assumia que pais e filhos estavam conectados por um “algo em comum” – a metafísica do social que

tanto nos seduz – e que seria portanto impossível esta indiferença de uns em relação ao movimentos dos outros. Não tardei a perceber que não eram somente os indivíduos que se moviam – de um lugar para outro, de um passado para onde não se volta jamais para um presente novo e cheio de surpresas – mas que o chão aos seus pés também se mexia (LAN, 1985).

Retomo uma vez mais a comparação com a África do Sul para iluminar de longe esta última idéia a respeito da segurança fundiária que existe hoje no Recanto das Emas e suas possíveis implicações ou para um maior encadeamento dos indivíduos em “cordões humanos” ou para uma eventual liberdade de movimento para esses mesmos sujeitos. O contexto de nossas pesquisas no Recanto das Emas e na África do Sul (na região de Kwazulu-Natal, especialmente entre Msunduzi e Ingogo) devem ser apreciados a partir de uma série de especificidades que o marcam dos anos 1990’s em diante. Em ambos os países, desde então, vivemos em democracias, aonde direitos iguais a todos os cidadãos são reconhecidos como legalmente válidos. Nos dois casos, nem sempre assim o foi. Se nos restringirmos ao ponto de nosso interesse – a implicação da segurança fundiária para uma epistemologia da esperança (cf. MIYAZAKI, 2004) - durante os períodos mais tenebrosos do governo militar e do apartheid, programas habitacionais floresceram a fim de abrigar, nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos, uma população disponível para vender sua força de trabalho. Diferentemente de outros estados brasileiros, aonde os programas habitacionais nasceram para abrigar trabalhadores, no caso de Brasília e do Distrito Federal, como procurei demonstrar, os assentamentos

urbanos que foram gradualmente sendo erguidos pelo governo local serviram para abrigar uma mão-de-obra que era interessante não por sua força de trabalho fabril, mas por sua potencial mais-valia política. Digo “potencial” porque durante os anos ditatoriais não houve eleições no DF, o que não contribuiu para um declínio na chegada de novos moradores.

As pessoas que rumaram para a periferia do Plano Piloto eram e ainda o são condenadas por aqueles que classificam a migração como fonte de fraturas no equilíbrio territorial e social que o projeto modernista almejava para a nova capital do país (HOLSTON, 1993). Mais do que indesejadas por princípio, essas pessoas que esperavam (e ainda esperam) em uma lista pela “doação” de um lote pelo governo são consideradas politicamente espúrias, porque envolvidas em processos de barganhas eleitorais. Mas, o que dizer daqueles que já tem o seu lugar para morar? Dessas pessoas que nos aproximamos ao longo desta última experiência de pesquisa no Recanto das Emas. Aquilo que chamo de “segurança fundiária” advém da experiência concreta de sujeitos que conheço na cidade e também de reflexões diversas sobre as implicações do confisco territorial e da segregação espacial para a construção da supremacia dos brancos durante o *apartheid* na África do Sul. A usurpação da terra significou para o caso sul-africano a tortura de milhões de pessoas que, exauridas, ficaram sem forças para lutar por direitos que sabiam possuir. No Brasil, a usurpação territorial, ainda que reconhecida, é tratada como um tema tabu. Muito recentemente, poucos grupos específicos, além dos povos indígenas, tem conseguido relacionar sua exclusão social ao fato de não possuírem um teto sobre suas cabeças, em outras palavras

um lugar que seja seu, de onde não possam ser facilmente expulsos (ALMEIDA, 2008).

A cidade do Recanto das Emas, a despeito de todos os debates que a chamada política assistencialista de distribuição de lotes pode suscitar, é um lugar ímpar para refletirmos sobre o quanto as ciências sociais – e, talvez, a antropologia em especial, no que eu particularmente me identifico – fizeram vistas grossas para o estatuto do lugar aonde nossos anfitriões residem. O Recanto das Emas nos desafia a reconceituar termos como cidade, periferia e pobreza. Ainda que hoje seja possível seguir definindo a cidade pelo que lhe falta (como um hospital ou uma universidade públicos), seus moradores a definem pelo que ela possui e, ao fazê-lo, nos convidam a refletir sobre quais objetos somos capazes de reconhecer quando percorremos as chamadas periferias urbanas (sejam as vilas, favelas ou “cidades satélites”). Ainda que sejamos capazes de perceber os sinais de progresso, de mudança, tão louvados por todos os moradores da cidade – como o asfalto, o comércio, as linhas de ônibus – o fazemos a partir do encadeamento do que se passa “lá” com o que se passa “aqui” – recorrendo sempre ao fio (estrutural) que conecta e orienta (entre centro e periferias) os movimentos de tudo e de todos (como miçangas presas a um fio).

A retomada da pesquisa no Recanto das Emas nos deu elementos para desafiar este padrão analítico, na medida em que os próprios moradores da cidade expressam em suas apreciações sobre o cotidiano de suas vidas, reflexões muito divergentes sobre o significado das coisas que os cercam, sobre o sentido de se pensar em uma estrutura que os oriente (e a nós concomitantemente) como um todo.

Voltávamos de Goiânia num ônibus da universidade. Tínhamos visitado o assentamento urbano Real Conquista. O encontro do grupo de pesquisadores (do Centro de Ensino Médio do Recanto das Emas e do curso de Antropologia da Universidade de Brasília) tinha sido viabilizado por colegas da Casa da Juventude (Pastoral da Juventude, Igreja Católica). O lugar guardava memórias cruzadas. Memórias dos próprios moradores, que haviam sido removidos de uma invasão, alojados em condições precárias durante anos de espera pelo assentamento no atual conjunto habitacional (Firmo, 2008). Silvia, uma garota de 17 anos, apesar de ser tão jovem quanto os meninos do Recanto, narrava com vigor a truculência dos policiais. Seu sorriso largo e seus desenhos coloridos – descrevendo inúmeros episódios do passado da comunidade – contrastavam com as inomináveis atrocidades que viveu.

A outra memória que o lugar guardava dizia respeito ao próprio Recanto das Emas. Ainda que muitos dos jovens pesquisadores de nosso grupo não tenham experimentado o mesmo tipo de tratamento violento estatal que atingiu Silvia e sua família em Goiânia, eles sabiam que amigos ou parentes seus tinham passado por situações parecidas. As memórias de uns e outros se embaralhavam. De todos os que eram do Recanto das Emas, apenas Bruna tinha se mudado para lá há pouco tempo. Quando conversávamos sobre a experiência das pessoas que conhecemos em Goiânia, ela sugeriu que o passeio a tinha ajudado a esclarecer muito sobre o passado do Recanto, que ela não conhecera pessoalmente.

Uma questão ficou no ar: será que os meninos que nasceram no Recanto não foram igualmente beneficiados pela

visita ao conjunto habitacional em Goiânia? Eles, como Bruna, e diferentemente de Silvia, nunca se envolveram em movimentos sociais reivindicativos e ficaram muito sensibilizados pela figura daquela jovem mulher - ativista, *videomaker*, que andava de bicicleta pelas ruas, sem se preocupar em ocultar a poeira de seu corpo. O corpo de Silvia, sua criatividade e liberdade mescladas aos constrangimentos financeiros que assolam sua família, deixaram os meninos perplexos. Eles tinham tudo para serem iguais. O olhar estrangeiro sobre a periferia coloca a todos no mesmo escaninho. Mas eles sentiram a diferença, e procuraram aprender com ela.

Este processo de aprendizado – a busca de um entendimento e de uma reconciliação com tudo o que sempre foi estigmatizado e ocultado – não se deu, porém, de maneira tranqüila. Em nosso regresso, tentamos combinar nosso próximo passeio a Goiânia. Seguíamos com o objetivo de sair do Recanto para outro lugar também chamado de periférico, a fim de demonstrar a hipótese desses jovens de que a periferia só é igual aos olhos de quem vive no plano (i.e. no Plano Piloto, em Brasília). Kelly, nossa amiga da CAJU nos sugeriu um assentamento de militantes do MST. Eu particularmente achei a idéia ótima – eles entrariam em contato com um outro quadro que lhes foi usurpado. Naquele dia, tínhamos percorrido as ruas de uma cidade empoeirada, que evocava um Recanto das Emas que não mais existia, que sequer podia ser por eles mencionado. O assentamento rural poderia, do meu ponto de vista, remetê-los a um outro momento de expropriação que incide sobre seus cotidianos, mas que é ausente de suas memórias: a vida na roça, que seus

parentes distantes (no tempo e no espaço) um dia tiveram.

Qual não foi minha surpresa ao perceber que os meninos – depois de um dia de intenso convívio com pessoas que foram removidas de uma invasão e lutaram bravamente durante anos para ter um teto sobre suas cabeças – se intimidaram diante da possibilidade de “levar bala da polícia”, de “irem presos”, caso fôssemos ao assentamento do MST. Alguns chegaram a sugerir: por que não vamos ao circo? Em Goiânia há um circo que faz trabalhos criativos com “jovens de periferia” e, se lá fôssemos, eles poderiam comparar aquele tipo de projeto cultural (do governo e de outras instituições que procuram tornar mais lúdica a vida dos jovens dessas localidades, considerados vulneráveis ou em condição de risco) com outros que existem no Recanto. Tudo bem. Aceitamos.

Passados alguns minutos, de acalorada discussão dentro do ônibus, eles voltaram em sua decisão: pode ser preconceito nosso com os sem terra. O mesmo preconceito que recai sobre essas famílias que acabamos de visitar (do Real Conquista), recai e recai sobre nossas famílias no Recanto. Isso é o que escutamos no Jornal Nacional, que os sem terra são baderneiros. O passeio ao assentamento aconteceu no mês seguinte foi gratificante. Alguns deles nunca tinham visto uma vaca. Outros jamais imaginaram que um jovem como eles, Miguel de 21 anos, podia ser proprietário de um lote de vários hectares. O jovem tinha acampado com 12 anos de idade. Ele, como Silvia, carregavam um largo sorriso de esperança. Os meninos do Recanto os admiravam. Não necessariamente querendo estar na sua pele, mas percebendo que as suas próprias vidas tinham uma relação

íntima (ainda que ocultada) com pessoas tão corajosas quanto Silvia e Miguel.

Terminava mais um exaustivo dia de trabalho na universidade. Com alguns dos alunos que tem seus trabalhos por mim orientados, saímos para jantar. O encontro não se estendeu: estávamos cansados. Quando já íamos embora, uma moça se aproximou de nossa mesa para vender chicletes. No outro braço ela trazia um bebê. “Preta” não me reconheceu. A jovem de cabelos claros e pele galega era chamada pela família de Preta. Eu a conhecera no Recanto das Emas há mais de cinco anos. Ela fora uma das protagonistas de um curta-metragem (O chiclete e a rosa, de Dácia Ibiapina) que contava o cotidiano e os anseios de uma família na qual duas mães lutavam, ao lado de seus filhos, para sobreviver vendendo chicletes nos bares do Plano Piloto.

Preta ficou surpresa com nosso reencontro. Eu perguntei a ela se ainda viviam no Recanto, pois alguém me informara que se mudaram: Não. Ainda lá, no mesmo lote. Só que agora eu tenho o meu barraco, minha prima (lembra dela?!) também. A filha nos braços era uma miniatura da jovem mãe. Ela emendou: mas meu outro filho é bem diferente, é preto como o pai. Ela não vivia com nenhum dos pais de seus filhos. A prima, tampouco. As duas tem a mesma idade dos garotos que fazem parte de nosso grupo de pesquisa. Ao longo de nossa curta conversa, Preta mostrou-se afável, quis saber notícias de outros amigos da “equipe de filmagem”. Por fim, se despediu. Precisavam voltar no último ônibus da meia-noite para o Recanto, já que seu irmão tinha aula no dia seguinte. O irmão – hoje um menino crescido - era da idade de sua filha quando o conheci pela primeira vez. Tornara-se um vendedor de chicletes.

Usava um agasalho do Colégio Militar para se proteger do frio naquela noite. Perguntei a que escola ele ia. Ela me disse que a mesma aonde ela estudou. E, você? Eles me expulsaram da escola.

No Centro de Ensino Médio 111 estudam mais de dois mil alunos. Os prédios da escola ocupam um quarteirão, à margem da principal avenida da cidade, em um lugar “bem localizado” (próximo ao posto de polícia, à delegacia, ao corpo de bombeiros). A escola é cercada por um alto muro, coberto com arame farpado e, depois de cruzar o portão principal, percebe-se ainda uma grande que circunda o edifício. Policiais militares fazem ronda. Um guarda privado (de uma empresa de segurança contratada pela secretaria de educação) vigia o portão principal.

Neste ambiente, nosso projeto de pesquisa foi acolhido de forma ambígua. Por um lado, fomos apoiados por professores que consideram o modelo da educação tradicional falido. Para eles, os jovens se beneficiariam muito mais dos estudos se tivessem prazer, se pudessem exercer sua liberdade, ser criativos, participar – e envolvê-los em uma pesquisa que produziria uma versão diferente da história da cidade só contribuiria para isso.

Certo dia, realizamos uma mesa redonda na escola. Um professor insatisfeito com a discussão lembrou a todos que, se não há controle, a pobreza e os pobres se proliferam, como uma ninhada de ratos. Na escola convivem os dois princípios. A biblioteca tem um bom acervo de tudo o que se possa imaginar. Há um laboratório de informática, com computadores que funcionam, com acesso à internet, ilhas de edição aonde os garotos fazem seus filmes, há uma quadra de esportes e os

alunos se envolvem em muitas outras atividades físicas (como street dance e kung fu). Há também policiamento, grades, sirene, regras de comportamento. De um ponto de vista exterior e retrospectivo, a escola oferece uma infra-estrutura que poucas escolas no Brasil possuíam há uma ou duas décadas atrás. Ainda assim, diante das evidentes melhorias, o ensino é criticado. Os jovens pesquisadores de nosso grupo temem não passar no vestibular.

Desde o começo da pesquisa eles têm freqüentado o Departamento de Antropologia. Invariavelmente se sentem constrangidos com os olhares inquisitoriais que pesam sobre eles nos corredores da Universidade de Brasília. Em certo momento de nosso convívio, discutimos sobre a possibilidade de eles concorrerem às vagas destinadas a estudantes cotistas. Um mal-estar se instalou no grupo. Os meninos jamais associaram o tratamento preconceituoso que recebiam (na UnB, por exemplo) ao fato de serem vistos como minoria (especialmente uma minoria racial). Pesava para sua percepção o fato de se sentirem à vontade no Recanto das Emas, aonde não se acreditavam diferentes uns dos outros e se viam como únicos a um só tempo. Como na ocasião em que previmos a viagem ao assentamento do MST, eles admitiram que no senso comum da cidade, às cotas se opunha o mérito e, ademais, na escola eles nunca haviam debatido a política de cotas.

No início de 2009, seu último ano na escola, cada um optou por uma modalidade distinta de vestibular, não sendo possível se depreender uma regra ou uma relação causal para suas escolhas. Todos, no entanto, se engajaram na produção de um currametragem intitulado *Cidade de*

Cidadão, aonde tentam contar a sua história do Recanto. Quiseram, em princípio, filmar crianças nas ruas, brincando, para retratar a sua infância. Imediatamente se deram conta de que as crianças de hoje não são o que eles foram no passado, e nem o chão sob seus pés é o mesmo. Optaram por desenhar, por rememorar sua infância por meio de uma animação e contrastar essa memória pictórica com as imagens em vídeo de outras crianças, menores que eles, e que hoje ainda inventam seus brinquedos nos quintais e nas ruas da cidade. A melhor forma de trazer o passado para o presente passou a se dar por meio da arte.

Maurice Bloch há mais de 30 anos sugeriu que nos rituais (como nos dois assentamentos visitados em Goiânia), as repetições e a persistência da forma se tornam palatáveis, mas no curso cotidiano da vida é inaceitável que insistamos na repetição hoje, do que foi vivido por outra pessoa, diferente, no passado (BLOCH, 1977). Os jovens pesquisadores de nosso grupo refutavam esse tipo de teoria. O conjunto habitacional Real Conquista não era o Recanto de ontem. O assentamento do MST não era a roça de seus avós. Os três lugares eram contemporâneos e seus sujeitos – bastante diversos – demonstravam não estarem presos por um fio comum, mas unidos pela liberdade comum de cogitar saídas, de experimentar novidades que – esta é a constatação que pretendemos aprofundar mais adiante – sua segurança fundiária lhes possibilita.

#

Neste momento chegamos ao ponto de podermos discutir um deslocamento teórico que se fez (i) de uma aposta na relação de orientação estrutural dos indivíduos para (ii) uma proposta mais atenta à imprevisibilidade das reações

individuais e, conseqüentemente, à possibilidade de sermos criativos e de renovarmos o mundo com esperanças. Invariavelmente, como num mito de eterno retorno, nessas horas, evoco a figura de Pierre Bourdieu. As razões para tal são inúmeras. Restrinjo-me a dizer que, na autocrítica que endereço a algumas soluções adotadas em minha tese de doutorado, coloco igualmente sob suspeita um modelo deste autor que muito me inspirou então. Em *Meditações Pascalinas*, Bourdieu evoca a figura do círculo do Pascal para nos fazer visualizar de modo muito singelo sua sociologia acerca das razões que levam os periféricos a se distanciarem mais e mais dos sujeitos centrais; que os levam em suma a sempre chegarem atrasados ao gosto superior, em outras palavras, a viverem de migalhas deixadas pelo caminho. A “mecânica” é simples: dois pontos localizados ao longo do raio de um círculo, um mais ao centro e outro mais à margem, terão que se mover com velocidades distintas para alcançarem posições equivalentes em T’, em outras palavras, o da periferia terá que se apressar – para manter sua relativa posição de periférico. Caso não se apresse, ficará ainda mais para trás.

Esta perspectiva, embora eficaz, supõe (e creio hoje que corrobore) uma forma de vínculo entre sujeitos e estrutura que prescinde ou omite a heterogeneidade dos primeiros e advoga em favor da homogênea penetração da segunda nos corações e mentes de todos os indivíduos. Do meu ponto de vista atual o problema reside exatamente neste caráter perene e autônomo do sentido da estrutura, como se este prescindisse da vida (dinâmica) de sujeitos interpretantes. Recorro aqui a Toren que, dentre outros, sugere, por exemplo, que em Fiji, ainda que crianças e jovens repitam sentenças já ditas por seus pais e antepassados, “like their elders before

them, their conceptions of that past are mediated by their relations with their own contemporaries as well as with adults and so must inevitably differ from the conception held by adults” (TOREN, 1999:82).

Os jovens que fazem pesquisa no Recanto são pesquisadores como todos nós: buscam decifrar o mundo à sua volta, ao mesmo tempo em que buscam reinventar este mundo. A distância que os separa de seus pais ou professores não foi diminuída com a experiência de conhecerem outros jovens de periferia ou de freqüentarem outras instituições de ensino (como a Universidade de Brasília). Se assim o imaginássemos, apenas estaríamos movendo os sujeitos do perímetro para “um pouquinho mais ao centro”.

O que perdemos com o tipo de interpretação ora criticada é a possibilidade de tornarmos inteligíveis mudanças de caráter – creio que o possamos dizer sem medo - ontológico. Essa mudança – ininterrupta, incessante – é desestabilizadora e, por isso mesmo, rechaçada quando buscamos inferências causais sobre as razões ou motivos para as mudanças observadas. Ao invés, entretanto, de entender tal limite como impotência, creio ser mais desafiador tomar esse impedimento como ocasião para sermos criativos – assim como o fazem os meninos nesta pesquisa.

Sem aceitarem a imagem que os outros fazem deles, esses jovens se mostram inclassificáveis. Nossas primeiras reações, por mais que quiséssemos evitá-las, foram de reprovação a essa atitude: eles não sabem o que está acontecendo, eles não vêem que estão sendo discriminados, etc.. Ao “não verem”, os meninos estavam nos ensinando uma grande lição: aceitar a posição de subalterno, de periférico é reiterar a produção da desigualdade, a

assimetria. Eles se recusam a ser classificados como periféricos ou como resquícios de um passado. Eles não se percebem como média, como típicos ou como emblemáticos, pois para isso precisariam acreditar em algo superior a eles. Se, por acaso, este “algo” existir, terá que ser tão dinâmico quanto eles próprios. Não será nem hábito, nem estrutura, nem pobreza. Eles se recusam, não porque não percebiam as assimetrias e a concentração de alguns poderes. Talvez, indo um pouco além do que sugere Holston, sua insurgência se dirija ao privilégio daqueles que instituem as desigualdades (HOLSTON, 2008). Provavelmente sua recusa seja motivada pelo fato de tais enquadramentos não darem o devido valor às inúmeras mudanças porque passam; em suma, às transformações de si e do mundo. Se ao olhar exterior suas vidas parecem imutáveis, o problema não está neles, mas neste olhar que os homogeneiza e congela.

Referências

- ALMEIDA, A.W. B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 2008
- BLOCH, M. The past in the present and the past. In *Man*: 278-92. 1977.
- BORGES, A. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. In *Cuadernos de Antropologia Social* n. 29. Pp. 23-42. 2009.
- BORGES, A. Domínios Reais: terras como lugares-eventos na África do Sul contemporânea. Mimeo. 2008.
- BORGES, A. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume. Dumará. 2004.
- BOURDIEU, P. **Méditations Pascaliennes**. Paris: Seuil. 1997.
- FIRMO, F. **Acampamento Grajaú: etnografia de uma ocupação política**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília. 2008.
- HOLSTON, J. **A cidade modernista**. São Paulo: Cia. Das Letras. 1993.
- HOLSTON, J. **Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. Princeton: Princeton University Press. 2008.
- LAN, D. **Guns & Rain. Guerrillas & Spirit Mediums in Zimbabwe**. London: James Currey. 1985.
- MIYAZAKI, H. **The Method of Hope: Anthropology, Philosophy, and Fijian Knowledge**. Stanford: Stanford University Press. 2004.
- PEIRCE, C. What pragmatism is? In Houser, Nathan & Kloesel, Christian J. W. (Orgs.). **The essential Peirce: selected philosophical writings**, Volume 2. Bloomington: Indiana University Press. 1998 (1905).
- TOREN, C. **Mind, Materiality and History: Explorations in Fijian**. Ethnography. London: Routledge. 1999.

* ANTONÁDIA BORGES é professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.